



Último capítulo

Senado faz hoje a votação final do processo de impeachment instaurado contra a presidente afastada Dilma Rousseff. Se ao menos 54 senadores votarem pelo impedimento, ela perde o mandato e Michel Temer assume em definitivo. Caso esse número seja menor, Dilma reassume a Presidência imediatamente. Voto será aberto e nominal. **2**



Para acusação, Dilma fraudou contas com fins eleitorais **3**

Advogado de defesa diz que governo do PT incomodou as elites **3**

Nas argumentações finais, senadores declaram voto **4 a 8**

Bloco da Minoria entra com representação contra depoentes **8**

Dilma Rousseff perderá definitivamente o cargo de presidente da República se pelo menos 54 senadores decidirem pelo "sim". Voto será nominal e aberto

Votação final do impeachment acontece hoje

O SENADO FEDERAL se reúne hoje, a partir das 11h, para uma das votações mais importantes da sua história: a que decidirá a conclusão do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff. Caso 54 senadores, no mínimo, decidam pela condenação, Dilma será removida do cargo e ficará inelegível por oito anos — em seu lugar será efetivado o vice Michel Temer, atualmente presidente interino. Se esse total de votos não for alcançado, Dilma retornará à Presidência. O resultado final deverá ser conhecido no início da tarde.

A sessão começará com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que comanda o julgamento, lendo um relatório que resume o processo e sumariza as provas e argumentos da acusação e da defesa. Depois será permitido que quatro senadores façam o encaminhamento da votação, sendo dois favoráveis ao libelo acusatório e dois contrários. Essas preliminares devem levar cerca de uma hora.

A votação será nominal e por painel eletrônico. Cada senador deverá responder "sim" ou "não" à seguinte pergunta:

"Cometeu a acusada, a senhora presidente da República, Dilma Vana Rousseff, os crimes de responsabilidade correspondentes à tomada de empréstimos em instituição financeira controlada pela União (art. 11, item 3, da Lei nº 1.079/50) e à abertura de créditos sem autorização do Congresso Nacional (art. 10, item 4 e art. 11, item 2, da Lei nº 1.079/50), que lhe são imputados, e deve ser condenada à perda do seu cargo, ficando, em consequência, inabilitada para o exercício de qualquer função pública pelo prazo oito anos?"

Desde sua abertura, no dia 1º de dezembro de 2015, até hoje, foram nove meses de tramitação do processo no Congresso Nacional. Ele chegou ao Senado em abril deste ano após autorização concedida pela Câmara dos Deputados. Foi analisado por uma comissão especial que emitiu dois pareceres, passou por duas votações em Plenário e chegou a sua fase final nos últimos dias.

Entre quinta-feira e sábado, os senadores ouviram depoimentos de quatro testemunhas e três informantes. Na segunda-feira, a presidente afastada

compareceu ao Plenário para se defender e ser interrogada pelos parlamentares. Ontem o dia foi dedicado às sustentações orais da acusação e da defesa e aos discursos finais dos senadores.

Os juristas Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior abriram os trabalhos falando pela acusação. Em seguida, o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, rebateu as denúncias.

Os senadores começaram a discursar no início da tarde. Ao longo de aproximadamente 12 horas, 63 parlamentares foram à tribuna defender suas posições e anunciar seus votos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Presidindo a sessão ontem em Plenário, o ministro Ricardo Lewandowski anuncia a retomada dos trabalhos para as 11h de hoje, com leitura de resumo do processo seguido do início da votação

Taxa para imóveis da União será assunto de reunião

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 732/2016, sobre taxa de ocupação de imóveis da União, reúne-se hoje para retomar a discussão do parecer do relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Na reunião de ontem, houve pedido de vista do relatório.

A medida provisória limita a 10,54% o reajuste do foro e da taxa de ocupação de imóveis da União para o exercício de 2016. O valor equivale ao IGP-M, índice de inflação medido pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado em 2015.

O reajuste máximo incidirá sobre as plantas de valores genéricos, que determinam o valor do metro quadrado do terreno.

As duas receitas são devidas quando há utilização privada de terreno pertencente à União. Elas correspondem a 0,6% (foro) e 2% (taxa de ocupação) do valor do terreno.

A reunião está marcada para as 14h30, na Câmara.

Orçamento

Foi cancelada reunião da Comissão Mista de Orçamento

(CMO) que aconteceria ontem. O motivo foi a realização da ordem do dia na Câmara dos Deputados.

Da pauta dessa reunião na CMO, constava a análise de projetos de lei que tratam de créditos suplementares destinados ao Ministério Público da União e a órgãos do Judiciário e do Executivo.

Uma nova data da reunião para análise sobre esses projetos ainda será divulgada pelo colegiado.

(Com informações da Agência Câmara)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PRESIDÊNCIA Votação final

11h Renan Calheiros participa da votação do impeachment. Ao meio-dia, ministros entregam proposta de Orçamento.

PLENÁRIO Impeachment

11h Votação final do processo.

MP 735/2016 Verba para a Eletrobras

14h Audiência de MP sobre a estatal.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Reuniões

14h30 Reuniões das comissões da MP 729/2016, que cria novas regras de repasses a municípios para educação infantil, e 732/2016, que limita o reajuste de taxa de ocupação de imóveis da União.

CDH Ciclo de debates sobre a crise

15h Audiência com foco na terceirização.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Encerrada a participação deles, o processo de impeachment entra hoje em sua última fase, em que os senadores decidirão, pelo voto, o destino da presidente afastada

Advogados apresentam suas alegações finais

OS ADVOGADOS DE defesa e de acusação abriram a sessão de ontem do julgamento do processo de impeachment cada um com uma hora e meia de discursos inflamados e argumentos exatamente opostos.

Enquanto, pela acusação, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior argumentaram que o impeachment é a justa punição para os crimes de responsabilidade cometidos, José Eduardo Cardozo, pela defesa, declarou que não houve crime, e sim a construção de uma

tese sob medida para atingir os objetivos políticos daqueles que não se conformaram em ter perdido as eleições presidenciais de 2014. Conclamando os senadores a fazer justiça, os advogados encerraram ontem sua participação no processo.



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Genaldino Magela/Agência Senado



Genaldino Magela/Agência Senado

Janaina Paschoal e Miguel Reale falam pela acusação: presidente buscou apenas ganhar eleição

José Eduardo Cardozo cobra respeito à presidente, que, para ele, é vítima de discriminação

Janaina e Reale acusam Dilma de fraudar contas públicas para conquistar eleitores

Na apresentação dos argumentos finais da acusação, os advogados Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior reafirmaram que a presidente afastada Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade.

Janaina começou dizendo que a fraude nas contas no governo teve dois lados. Primeiro, segundo ela, dinheiro dos bancos públicos foi usado para pagar programas governamentais. Dinheiro esse que, de acordo com a advogada, não foi contabilizado pela Caixa Econômica, pelo BNDES e pelo Banco do Brasil.

O outro aspecto da fraude teria sido a criação de uma ilusão de que não seriam necessários cortes nos gastos do governo e de que programas como Bolsa Família, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Minha Casa, Minha Vida poderiam ser ampliados. Janaina afirmou que muitas testemunhas confirmaram o crescimento desses programas em 2014, quando das eleições presidenciais, e sua redução no ano seguinte.

A advogada acusou a defesa de Dilma de só usar partes de um despacho do procurador da República Ivan Marx, que apontou inexistência de crime na ação de ministros e diretores de bancos nas pedaladas fiscais até 2014. Segundo ela, o procurador afirma na mesma peça que o expediente de usar o dinheiro dos bancos públicos foi adotado para maquiagem as contas públicas. Janaina perguntou por que a defesa não incluiu Ivan Marx entre os depoentes.

A advogada comparou a estratégia do governo Dilma Rousseff à situação anterior à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em que os governos estaduais usavam bancos para financiar seus gastos. Para ela, a diferença é que “os valores e a audácia” do governo Dilma foram maiores.

— A fraude foi significativa porque lá [momento anterior à edição da LRF] havia contrato, havia contabilização e aqui, não — acrescentou.

A advogada contestou argumentos

da defesa de que a perícia do Senado foi favorável a Dilma. Segundo Janaina, a perícia confirmou que os decretos foram editados em desacordo com a meta fiscal vigente e que havia neles a assinatura da presidente.

Esperteza malandra

Por sua vez, o jurista Miguel Reale Júnior afirmou que o país está prestes a mudar de mentalidade, atribuindo o processo de impeachment à aspiração da sociedade por um Brasil sério.

— A impressão que tive é de que a Presidência da República está de costas para a nação porque atribuiu a existência desse processo a uma trama urdida por Eduardo Cunha, sem se aperceber que esse processo nasceu das ruas — afirmou.

O aparelhamento do Estado e a ocupação da administração pública baseada no favorecimento pessoal foram outros aspectos do governo Dilma citados por Reale como exemplos do que a população não quer mais.

— O que de mais negativo o Lula e o petismo deixam como herança é a legitimação da esperteza malandra. E é isso que o país não aguenta mais.

O jurista reafirmou a existência de crime de responsabilidade. Segundo ele, Dilma usou os bancos oficiais para financiar o Tesouro Nacional a fim de manter uma “política irresponsável” de gastos públicos altos e desvio de dinheiro das estatais.

— Ocultavam-se da contabilidade as dívidas existentes com os bancos públicos e gerava-se um resultado primário falso, enganando-se os agentes financeiros, enganando-se a nação — disse.

Acrescentou que Dilma admitiu em seu depoimento que acompanhava as operações de crédito em bancos públicos.

Reale disse ainda que o argumento de que a meta fiscal é anual e de que os decretos de créditos suplementares poderiam ter sido editados, já que a meta havia sido mudada, demonstra a irresponsabilidade do governo.

Para Cardozo, acusações são falsas e construídas apenas por motivos políticos

O advogado de defesa de Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, afirmou que, se Dilma vier a ser condenada e perder o mandato de presidente da República, o país deverá no futuro pedir desculpas a ela pela injustiça cometida.

Cardozo afirmou aos senadores que eles podem evitar que Dilma Rousseff seja vítima de mais uma injustiça, lembrando que ela já carrega as marcas por ter sido presa e torturada pelo regime militar.

— Julguem pela justiça, pelo Estado de direito, pela democracia. Não aceitem que o nosso país sofra um golpe parlamentar, que uma pessoa honesta, correta, íntegra, tenha a pena de morte política, para que no futuro alguém tenha que pedir desculpas a Dilma Rousseff pelo que a ditadura fez a ela e pelo que a nossa democracia também fez — apelou Cardozo.

José Eduardo Cardozo disse aos senadores que as acusações contra Dilma Rousseff são pretextos urdidos em uma aliança entre aqueles que perderam a eleição presidencial em 2014 e os que temem a Operação Lava Jato e não conseguiram que ela agisse para frear as investigações.

— Os pretextos ficarão nos autos, no pó do tempo, como ficaram hoje as acusações formais que foram dirigidas contra Dilma Rousseff [pelo regime militar] — lamentou.

O advogado citou tentativas frustradas de impugnação da eleição de 2014, pelos que perderam o pleito, que lançaram acusações de adulteração das urnas eletrônicas e impugnação das contas de campanha.

— Diante da impossibilidade de deslegitimar a eleição, iniciou-se a caça ao fato do impeachment — afirmou.

A esse intento, disse, se associou o deputado Eduardo Cunha, quando não obteve apoio de Dilma Rousseff para fazer com que a bancada do Partido dos Trabalhadores ajudasse a barrar o processo contra ele no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

É nesse contexto, recordou Cardozo, que Eduardo Cunha aceitou as denúncias contra Dilma Rousseff, resumidas agora a duas acusações: edição de três decretos de crédito suplementar, sem autorização legislativa, e subvenções do Plano Safra. Em nenhuma, afirmou, há provas de que a presidente afastada tenha cometido crime de responsabilidade.

— São pretextos irrelevantes, pretextos que são utilizados retoricamente, porque apenas se quer afastar uma mulher que incomodou as elites, que incomodou ao ganhar a eleição, que incomodou ao não permitir que a Lava Jato fosse obstada, uma mulher que incomoda — disse.

Teses suspeitas

As teses que embasam a acusação, afirmou, foram construídas pelo procurador Júlio Marcelo de Oliveira, que não foi aceito como testemunha de acusação no processo de impeachment por suspeição, devido a sua militância contra o governo petista. Segundo ele, são teses alteradas ao longo do processo e desmontadas pelas testemunhas ouvidas no Senado.

José Eduardo Cardozo desafiou os senadores que foram ministros do governo de Dilma Rousseff a apontar algum ato ou proposta de corrupção ou de desvio por parte da presidente afastada.

— Bastava Dilma Rousseff cheirar algum equívoco, ela ligava e ia, como lembra a [então] ministra Gleisi Hoffmann, ‘na jugular’ dos seus ministros — afirmou.

Por esse comportamento, afirmou, Dilma ficou com fama de “autoritária”.

— Mulheres, quando são corretas, íntegras e sabem enfrentar situações da vida como essa, são duras. Mulheres, quando se equiparam nas suas disputas aos homens, são autoritárias. É difícil não perceber o quanto vocês são discriminadas e é impossível não perceber como Dilma Rousseff foi profundamente discriminada por ser mulher — completou.

Jorge Viana pede senso de justiça aos senadores

Petista faz apelo para que colegas julguem a presidente afastada com consciência, evitando o fardo de cometer uma injustiça

JORGE VIANA (PT-AC) fez um apelo aos senadores para agirem com consciência no julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff.

— O advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, já afirmou que a pior tortura a que pode ser submetido um ser humano é carregar consigo, pelo resto da vida, o fardo de ter cometido uma injustiça — disse.

O senador comentou a fala de Dilma na segunda-feira. Segundo ele, a presidente mostrou, “com fatos, com dados, com detalhes, que não cometeu crime de responsabilidade”.

— Ela trouxe mais que isso:

os argumentos necessários para qualquer colega que tinha juízo formado ou que estava em dúvida poder decidir seu voto e não permitir que uma injustiça se cometa contra ela, contra a democracia, contra o país — afirmou.

Ele ainda fez uma avaliação da trajetória de Dilma e sustentou que o impeachment da presidente, se efetivado, “seguirá dividindo o país”.

— Não queremos nada, a não ser justiça! Somos um tribunal a julgar uma brasileira que pôs sua vida em risco para defender a democracia. Quando teve a oportunidade de servir o Brasil



Jorge Viana elogia discurso de Dilma e defesa feita por Cardozo

com cargo público, fez isso com honradez no Rio Grande do Sul, e depois ajudando o então presidente Lula a mudar o Brasil. E, como primeira mandatária do país, Dilma continuou as transformações que o nosso povo e o nosso país viveram.

Requião: Senado repete infâmia feita contra Jango

Segundo Roberto Requião (PMDB-PR), se aprovar o impeachment da presidente Dilma, o Senado



estará repetindo “ignomínia” similar à que ocorreu em 1964, quando o então presidente da Casa, Moura Andrade, se apressou em declarar vago o cargo de presidente da República, ocupado por João Goulart, afirmando que ele havia deixado o país.

— Estão preparados para a guerra civil? Entrincheiram-se, porque o conflito será inevitável. O brasileiro que provou por alguns anos o gosto da emergência social não retornará submissamente à senzala!

Ataídes considera que crise política não pode voltar

Na opinião de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), enquanto, com Dilma, o país se encontrava em crise política,



profunda recessão, aumento da inflação e explosão do desemprego, com Temer o país retomou a confiança e a previsão de crescimento do PIB e estabilizou o desemprego.

— Diante deste quadro de progressiva melhora no cenário, seria uma imensa irresponsabilidade sequer cogitar a volta da presidente afastada. É preciso olhar para o futuro e sepultar definitivamente o projeto de poder autoritário, demagogo e irresponsável do PT — afirmou.

Para Lúcia Vânia, não resta dúvida sobre culpa

Lúcia Vânia (PSB-GO) reafirmou voto a favor do impeachment de Dilma Rousseff (PT) por crime de responsabilidade.



— Inexiste dúvida quanto à responsabilidade de Dilma por ações e omissões no processo por edição de decretos de créditos suplementares irregulares e contratação de operações de crédito com bancos públicos — disse.

A senadora reagiu à alegada tentativa de desautorizar o Senado como instância responsável pelo julgamento de Dilma e de confundir a opinião pública ao personificar, nela, o Estado democrático de direito.

Gladson Cameli defende zelo pelas contas públicas

A questão orçamentária no país vem sendo levada a sério graças a avanços na legislação, que começaram com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, afirmou Gladson Cameli (PP-AC). Segundo o senador, Dilma feriu preceitos legais.



— Estamos amadurecendo, e não existe crescimento sem dor. Lamento pelo fim melancólico.

Gladson criticou o PT e seus aliados por chamarem o processo de golpe e considerou que o Parlamento cumpriu as leis no zelo pelo cumprimento do Orçamento e na vigilância aos atos do Executivo.

Segundo Anastasia, pedaladas só foram conhecidas em 2015

OTCU só condenou a prática das pedaladas fiscais em 2015 porque foi só então que elas se tornaram públicas, disse Antonio Anastasia (PSDB-MG). O senador afirmou que foi a partir do relatório referente às contas de 2014 que o Banco Central foi obrigado a revelar os montantes envolvidos nesse tipo de prática, o que justifica o fato de ex-presidentes que também recorreram às pedaladas não terem sofrido sanções.



Para Anastasia, a própria defesa de Dilma reforça o argumento de que houve crime quando admite que havia atrasos referentes ao Plano Safra.

Lasier destaca maturidade da democracia

Para Lasier Martins (PDT-RS), o processo de impeachment mostra maturidade democrática e pleno funcionamento das instituições. Ele disse esperar que o Brasil saia mais forte “deste traumático, histórico, mas também pedagógico episódio”.



Uma das lições que o processo deixa, disse, é a ênfase no alerta aos governantes e aos compromissos que juraram cumprir. Há três anos, lembrou, Dilma desfrutava de altos índices de aprovação.

— Esse prestígio, no entanto, esfumou-se, súbita e justamente, no andamento da Operação Lava Jato.

Gurgacz pede a partidos políticos pacto pelo Brasil

Acir Gurgacz (PDT-RO) apontou a corrupção como um dos principais problemas do país, agravante para as crises política, econômica, moral e ética. Ele pediu que os partidos políticos firmem um pacto para que o Brasil volte aos trilhos.



— A população quer mais emprego, trabalho, renda, saúde, segurança e a solução de seus problemas — afirmou.

Para que o país avance, disse, é preciso montar um governo de pessoas com capacidade técnica para tirar o Brasil da crise, algo que não ocorreu nem no governo Dilma nem no interino de Michel Temer.

PT igualaria Brasil à Venezuela, afirma Caiado

“A continuar essa gestão, nós chegaríamos à mesma situação a que chegou a Venezuela, em que os venezuelanos migram hoje para a Colômbia e o Brasil.”



A comparação foi feita por Ronaldo Caiado (DEM-GO), para quem o venezuelano vive hoje, em geral, em condições sub-humanas, em razão “da implantação do populismo, da demagogia rasteira”.

A cópia do modelo venezuelano, disse, levou o Brasil para a construção de corporações que foram “sugando, corroendo as estruturas do Estado, corrompendo a máquina de governo e penalizando o cidadão”.

Alvaro Dias: sociedade espera mudanças reais

Alvaro Dias (PV-PR) reconheceu que o processo de impeachment ainda motiva dúvidas, com apelos divergentes vindos sobretudo das redes sociais. No entanto, ele disse estar convencido de que há fundamentos políticos e jurídicos para o impedimento, o melhor caminho para mudança real desejada pela sociedade.



Segundo ele, há pressuposto político e apelo popular, que se manifestou de “forma contundente” nas ruas e nas praças do país, “com multidões de brasileiros carregando sonhos e esperanças de mudança para melhor”.

População pobre vai resistir, prevê Ângela Portela

Para Ângela Portela (PT-RR), o aumento de consciência por parte dos mais pobres fará com que haja reações e resistência popular caso o presidente interino Michel Temer proponha a redução de direitos após ser efetivado. O novo governo resultante do impeachment de Dilma irá beneficiar apenas os “arquitetos do golpe”.



— Tentarão nos convencer que o melhor é trocar a saúde pública pela privada, que o certo é pagar para estudar em universidade pública, que é bom se aposentar aos 70 anos e que o salário mínimo não pode acompanhar a inflação.

Valadares avalia que ilegalidades são evidentes

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ter havido ilegalidade no tratamento das contas públicas pelo governo petista.



— Não resta dúvida de que a presidente abusou do poder político, violando a lei orçamentária, as prerrogativas do Congresso e a Constituição, desestabilizando o regime de responsabilidade fiscal.

Segundo ele, o governo Dilma errou ao subdimensionar a crise econômica e não adotar medidas urgentes para enfrentá-la. Também errou ao criar a falsa sensação de que a situação do país era melhor do que era na realidade.

Impeachment revela degradação política, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que Dilma Rousseff é uma mulher honesta, que nunca praticou crime de responsabilidade. Para ela, o processo de impeachment vem sendo escrito “com a tinta da hipocrisia e com a caligrafia da infâmia”. Na visão dela, o impeachment representa um atentado contra o Estado de direito e contra a Constituição.



— O processo de impeachment vem da aliança de duas forças políticas moralmente degradadas: a dos inconformados com a quarta derrota consecutiva e a dos que desejavam controlar as investigações da Lava Jato.

Para Collor, impeachment de Dilma não é golpe

Senador e ex-presidente comparou o processo atual ao que ocorreu com ele em 1992 e avaliou que a situação hoje é bem diferente

FERNANDO COLLOR (PTC-AL) afirmou ontem que o impeachment de Dilma Rousseff, diferentemente do que ocorreu em 1992, não é um golpe de Estado. O senador explicou que em 1992 ele foi condenado em meio a “tramas e ardis”. Já em relação ao impeachment atual, o senador ressaltou que, além das infrações às normas orçamentárias e fiscais que configuram crime de responsabilidade, o governo afastado transformou a sua gestão em uma tragédia anunciada.

— Hoje, a situação é completamente diversa. É o desfecho típico de governo que faz da

cegueira econômica o seu calvário e da surdez política, o seu cadafalso. Esse contexto, outrora, até poderia ensejar um golpe de Estado clássico para solucionar em curto prazo uma aguda crise política. Não foi o caso — disse.

O senador destacou que, em 1992, forças conjugadas simularam uma crise política de governabilidade, forjaram uma instabilidade econômica que não existia e transformaram uma hipotética infração comum de um agente privado em crime de responsabilidade do presidente.

— Mesmo eleito democra-



Collor diz que, no seu impeachment, forjaram crise econômica inexistente

ticamente, justo no pleito que consolidou a redemocratização, me condenaram politicamente em meio a tramas e ardis de uma aliança de vários vértices. Mas, penalmente, na correta instância, me absolveu a Suprema Corte — ressaltou.

Elite brasileira não aceita avanço social, critica Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) voltou a classificar o impeachment como golpe da elite. A senadora disse



Moreira Matiz/Agência Senado

que, ao contrário dos presidentes anteriores, Lula e Dilma não vieram de famílias abastadas. Para ela, as classes dominantes levam o país a recuar porque não aceitam os avanços sociais.

— Assim é a história brasileira. Cada vez que os deserdados afloram, há um recuo, seja na forma de golpe de Estado, como vivemos agora, seja por medidas governamentais de cortes de investimento público, de arrocho salarial, de reforma da Previdência, como o que está anunciado pelo interino.

Defesa não tem argumentos, sustenta Medeiros

As práticas de Dilma Rousseff na Presidência implicam perda do cargo e a defesa não tem argumentos contra o impeachment, afirmou José Medeiros (PSD-MT). Ele acusou os senadores que apoiam Dilma de gastar o tempo de defesa com tentativas de desqualificação dos adversários.



Moreira Matiz/Agência Senado

Ele lamentou que o PT espalhe “fungos da intolerância” que corroem a democracia e dividem a nação. E avaliou que falta ao partido reconhecer que as conquistas sociais promovidas em seus governos foram construídas sobre as obras de presidentes anteriores.

Vanessa: este é um momento triste para a democracia

O julgamento da presidente afastada por crime de responsabilidade é um “erro crasso”, que cobrará um preço alto e amargo, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Moreira Matiz/Agência Senado

— Vivemos um momento triste para a democracia e para o povo. A tirania sempre encontra um pretexto — declarou.

A senadora criticou o processo de impeachment e lamentou que muitos venham usando o “conjunto da obra” como desculpa para o afastamento:

— Deixemos a hipocrisia de lado. Ninguém neste Senado acredita que a presidente Dilma está sendo julgada pelos atos da peça de acusação.

Lídice diz que processo atual é farsa parlamentar

Lídice da Mata (PSB-BA) chamou o processo de “golpe” e “farsa parlamentar”, iniciado em 2014, com a reeleição da presidente afastada. Para a senadora, o impeachment é “opção pelo confronto e pelo radicalismo”. Ela voltou a defender o plebiscito sobre a antecipação de eleições gerais para presidente.



Moreira Matiz/Agência Senado

— Querem cassar o mandato pelo conjunto da obra, pela impopularidade momentânea, pela perda da maioria parlamentar. Esquecem que, em um regime presidencialista, quem cassa o mandato do governante pelo conjunto da obra é o povo, nas urnas.

Futuro dependerá de pacto nacional, prevê Dário

Dário Berger (PMDB-SC) disse ontem que o Brasil precisa de novo governo que enxergue as dificuldades do presente e possa projetar o futuro, que dependerá de um pacto nacional.



Moreira Matiz/Agência Senado

— O retrato do Brasil hoje não é outro senão o da incerteza, da insegurança e da falta de esperança, em razão do desemprego e da violência crescentes e das elevadas taxas de juros praticadas no país, as mais altas do mundo — afirmou.

O senador afirmou que Dilma não tem condições de governabilidade e que o impeachment é inevitável.

Congresso “nunca engoliu” Dilma, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o processo de impeachment foi “patrocinado pelas elites” e que o Congresso “nunca engoliu” a presidente afastada pelo pouco tato e disposição dela para lidar com a rotina parlamentar e com as negociações.



Roque de Sá/Agência Senado

— Dilma é diferente dos políticos tradicionais, ela é menos flexível. Mas considerá-la criminosa? Rotulá-la e julgá-la como criminosa? É aberração.

Para Humberto, Dilma conduziu bem o Brasil no primeiro mandato, mas depois foi prejudicada pela crise econômica e a consequente crise política, que ele atribuiu ao Parlamento.

Impedimento é fruto de mentira da eleição, diz Cássio

Se não fosse o impeachment, Dilma perderia o cargo por decisão da Justiça Eleitoral, disse Cássio Cunha



Roque de Sá/Agência Senado

Lima (PSDB-PB). Segundo o senador, embora os defensores dela falem da legitimidade do voto, não há legitimidade numa “eleição viciada”. Para ele, o impeachment é consequência de mentiras da campanha de 2014:

— Para sustentar as mentiras, fraudaram as contas públicas. Cássio disse que talvez a maioria do povo não saiba detalhar as acusações, mas sabe das consequências dos crimes, porque sente na pele o desemprego, a recessão, os juros altos e a volta da inflação.

Para Regina, há uma “conspiração bem articulada”

Regina Sousa (PT-PI) classificou o impeachment como “conspiração bem articulada por uma maioria política que se formou pós-eleição de 2014”. De acordo com ela, esse grupo tinha o claro objetivo de impedir a presidente de governar e contou com o apoio do Tribunal de Contas da União, de setores do Ministério Público e da Justiça Federal e da própria mídia, que teria manipulado o noticiário contra o governo.



Ano Volpe/Agência Senado

— A disputa aqui é entre o Bolsa Família e a Bolsa de Valores. É a disputa entre um projeto de país para todos e um país apenas para os ricos.

Governo de Dilma levou país ao caos, declara Amorim

O impeachment é a oportunidade para retomada do otimismo, de melhorias sociais e de cuidado com a coisa pública, afirmou Eduardo Amorim (PSC-SE).



Moreira Matiz/Agência Senado

O senador defendeu a constitucionalidade do rito e disse que, após a presença de Dilma no Plenário, está ainda mais convencido de que houve crime de responsabilidade.

— A verdade é uma só: por ação ou omissão, a presidente incorreu, sim, nos crimes que lhe são imputados e, por isso, deve ser afastada em definitivo.

Para ele, golpe seria permitir a continuidade do governo que “levou o país ao caos”.

Aécio acusa defesa de desqualificar seus adversários

Aécio Neves (PSDB-MG) acusou a defesa de Dilma Rousseff de não ter argumentos e apelar à desqualificação de seus adversários. Ele disse esperar que a conclusão do processo de impeachment conduza o Brasil a um tempo de esperança e confiança.



Moreira Matiz/Agência Senado

— Foram os brasileiros que, nas ruas, disseram que o governo não tinha mais legitimidade. Mas é hora de olharmos para a frente e pensarmos no dia de amanhã — afirmou.

Aécio também cobrou uma agenda de reformas estruturantes para superar o “tempo negro” dos últimos anos.

Malta canta e evoca Bíblia para criticar presidente

Magno Malta (PR-ES) evocou a religião e a Bíblia para explicar o afastamento de Dilma Rousseff. Ele disse que eleição dela e a derrota de Aécio Neves, em 2014, fazem parte da “vontade permissiva de Deus”. Segundo Malta, a presidente não está sendo afastada pelos senadores, mas pelo monarca Salomão, rei de Israel, que disse que “a arrogância precede a queda”.



Moreira Matiz/Agência Senado

Ao criticar a conduta de Dilma, ele chegou a cantar *Deu pra ti, baixo astral*, dizendo ser homenagem à presidente afastada. A música é de uma dupla do Rio Grande do Sul, onde ela começou a vida pública.

Pimentel: é mais um “golpe contra a democracia”

José Pimentel (PT-CE) citou os ex-presidentes Getúlio Vargas, João Goulart e Juscelino Kubitschek para falar sobre o que considera a ação de grupos parlamentares, das elites e da imprensa para interromper os “curtos períodos democráticos” do país. Ele traçou paralelo entre o golpe de 1964 e a mobilização por trás do afastamento de Dilma. Para o senador, o país está presenciando mais um “golpe contra a democracia”.



Ano Volpe/Agência Senado

— São os mesmos que, após quatro eleições vencidas pelo PT, resolveram desconfiar em 2014 do resultado do Tribunal Superior Eleitoral — disse.

Processo seguiu caminho constitucional, diz Eunício

Convencido de que o governo Dilma praticou manobras fiscais, senador lamentou que presidente não tenha feito autocrítica

O SENADOR EUNÍCIO Oliveira (PMDB-CE) disse ontem que o processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff caracteriza-se pelo respeito aos caminhos definidos pela Constituição, ao zelo com os prazos e normas legais e à isonomia de direitos entre a acusação e a defesa.

Eunício criticou as manobras fiscais que, afirmou, foram cometidas pelo governo Dilma. Disse que esses mecanismos cresceram exponencialmente, a ponto de tornar inevitável o ajuste fiscal para cobrir os rombos do Orçamento.

Para o parlamentar, a prática foi comprovada nos relatórios do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), na comissão especial que tratou do tema.

Eunício avaliou que Dilma deveria ter feito uma autocrítica ao se defender no Senado, na segunda-feira:

— Por mais de dez horas, [Dilma] falou apenas para concluir a biografia. Não inovou. Ao contrário, repetiu argumentos que já havia usado.

Ele disse que a democracia não pode ser exercida de forma autoritária, mas a partir de diálogo com os setores organizados da sociedade e



Para Eunício, respeito a normas e prazos legais marcou julgamento

com a montagem de uma base parlamentar, tarefa que requer “bom ouvido” para a conversa.

O senador avaliou ser necessário que o governo reconquistasse a confiança dos empresários, dos trabalhadores e da juventude brasileira.

Governo perdeu a credibilidade, afirma Raupp

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), o governo de Dilma perdeu a confiança e a credibilidade. Ressaltou que a importância da economia nunca deve ser desprezada na política. O Brasil, continuou, vai levar tempo para sair da crise. Mas os primeiros sinais de recuperação econômica já são visíveis, citando o resgate da confiança do empresariado, a redução do desemprego e o crescimento do agronegócio.

Observou que o impeachment de presidente é sempre traumático e que talvez seja a grande desvantagem do presidencialismo em relação ao parlamentarismo.



Ana Volp/Agência Senado

Cassol: chantagens políticas devem ser denunciadas

Ivo Cassol (PP-RO) disse que, caso seja verdade que Dilma sofreu chantagem explícita do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ela deveria ter denunciado o fato para o Ministério Público, para a Polícia Federal ou para a imprensa. Ele contou que passou por inúmeras chantagens quando foi governador de Rondônia, mas que teve coragem de gravar e denunciar todas elas, mesmo sofrendo ameaças.

— Nunca aceitei achantagens ou acordos inescrupulosos. Era isso que a presidente deveria ter feito, gravado e denunciado — disse.



Ana Volp/Agência Senado

Presidente provou sua inocência, conclui Paulo Paim

Para Paulo Paim (PT-RS), a presidente Dilma Rousseff não cometeu crime de responsabilidade e isso ficou provado no depoimento dela na segunda-feira.

— O que nós estamos vendo é, sim, um golpe parlamentar dos que perderam o amor pela palavra liberdade e pela democracia. Esqueceram o que está lá na Constituição: todo poder emana do povo e a ele deve ser concedido — disse Paim, antes de acusar aliados do presidente atual de terem medo de uma nova eleição.

— O que vemos é a força do poder econômico sobre os fracos — lamentou.



Ana Volp/Agência Senado

José Aníbal culpa governo Dilma de iludir os cidadãos

José Aníbal (PSDB-SP) classificou o processo de impeachment como uma ação de defesa do Estado democrático de direito contra os ataques de um governo que, segundo ele, iludiu os cidadãos e gastou como se o dinheiro “crescesse em árvore”. Ele espera que a saída definitiva de Dilma Rousseff da Presidência da República reafirme a justiça e a democracia, e o novo governo consiga superar a crise econômica.

— O PT não aceita por não acreditar na força da cidadania, não respeita as leis e não acredita que as leis são para todos. Por isso está aturdido.



Ana Volp/Agência Senado

Julgamento jurídico e político, explica Garibaldi

Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a atribuição constitucional dada ao Senado de julgar um presidente da República é uma “ádua e nobre missão”.

— Não somos apenas juízes, somos políticos. Não estamos julgando apenas atos, mas fatos administrativos e políticos.

Para ele, é evidente que houve propósito de conduzir o país para a irresponsabilidade fiscal, deixando de lado o interesse público. Ele disse que as decisões de Dilma mostram o que chamou de “atentado aos direitos políticos”, quando ela deixou de dar ao Congresso Nacional o devido valor.



Ana Volp/Agência Senado

Paulo Bauer: “Dilma deu golpe no povo brasileiro”

Paulo Bauer (PSDB-SC) rejeitou a denominação de “golpe” atribuída ao processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff. Segundo ele, o julgamento é constitucional e ocorre em razão de um crime de responsabilidade.

Ele disse que diversos atos do governo Dilma foram “golpe contra o povo brasileiro”. Entre eles, a contabilidade criativa, o desmonte das agências reguladoras, o rombo da Petrobras, o descontrole da inflação e o desemprego.

— Golpe é olhar para 12 milhões de trabalhadores desempregados.



Ana Volp/Agência Senado

Denúncias são frágeis, na opinião de Armando

Armando Monteiro (PTB-SE) afirmou que, após ter ouvido exaustivamente os argumentos da defesa e da acusação no processo de Dilma, está convencido que o núcleo central das denúncias são questões controversas e frágeis.

— Não há interpretação uniforme, inequívoca, inquestionável. A denúncia está indistintamente embalada por motivações de natureza política — sublinhou.

Após a votação, acrescentou, o Congresso deve se voltar para a agenda de reformas para o país, construindo as bases de novo regime fiscal.



Ana Volp/Agência Senado

Cidinho: presidente afastada não foi transparente

Ao se dizer convencido de seu voto pelo impeachment, Cidinho Santos (PR-MT) afirmou que Dilma perdeu a confiança da população porque não foi transparente. Com isso, disse o senador, perdeu também a governabilidade e não teria condições de aprovar, no Congresso, reformas essenciais e a revisão do pacto federativo.

— Votarei pelo impeachment sem nenhuma alegria, por entender que, mais importante que o projeto de poder de uma pessoa, de um grupo político, de um partido político, são os interesses do Brasil e dos brasileiros.



Jonas Pereira/Agência Senado

Flexa acusa Dilma de usar artimanhas para se reeleger

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou o entendimento de que as pedaladas fiscais constituem crime de responsabilidade e acusou Dilma de ter escondido a verdade sobre a situação econômica do país para se reeleger.

— Dilma distorceu os fatos como pôde e usou de todas as artimanhas para maquiagem as contas governamentais, pintando um Brasil que não correspondia ao real — declarou.

Segundo Flexa, o processo de impeachment apurou todos os fatos, ao mesmo tempo em que assegurou ampla defesa a Dilma.



Jonas Pereira/Agência Senado

Randolfe defende soberania da vontade popular

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o processo de impeachment não é o julgamento de Dilma ou do legado dos governos do PT, mas sim um julgamento sobre a democracia. Ele criticou a condução econômica e as decisões ambientais de Dilma, mas destacou que o povo é quem deve decidir sobre os governantes.

— Isso não é julgamento de governo. O espírito público, o poder que o povo nos delegou, não pode nos permitir agir com sentimento de vingança. O governo do PT teve vários erros, mas esses erros não podem levar à condenação de uma inocente.



Jonas Pereira/Agência Senado

Democracia sai ainda mais forte, avalia Ferraço

Para Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o processo de impeachment fortalecerá a democracia e as instituições. Ele defendeu o impeachment como remédio constitucional para afastar todo mau governante que praticar crime de responsabilidade.

Para Ferraço, o afastamento de Dilma precisa ter um “desdobramento pedagógico” na rotina da gestão pública brasileira.

— Um dos legados que se espera desse processo é o fortalecimento da cultura do respeito ao dinheiro público do contribuinte e à disciplina fiscal.



Jonas Pereira/Agência Senado

Dilma perdeu governabilidade, afirma Benedito

Para o senador Benedito de Lira (PP-AL), o processo de impeachment vem obedecendo desde o início ao rito legal e já foram coletadas provas suficientes para demonstrar a responsabilidade da presidente afastada Dilma Rousseff.

Benedito disse que o país sairá em breve desse “ambiente politicamente agonizante”. O governo de Dilma, disse, usou contabilidade criativa e pedaladas fiscais, paralisando e deixando o país sem base nem direção.

— A presidente não reúne mais condições políticas para governar — afirmou.



Jonas Pereira/Agência Senado

Lindbergh afirma que elites querem “estancar” Lava Jato

Para petista, Senado é um tribunal de exceção que quer condenar uma inocente para salvar corruptos e onde provas não importam

O IMPEACHMENT É um golpe de classe contra os trabalhadores, negros, mulheres e a juventude, afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ). Segundo o senador, as elites que tentam tirar Dilma Rousseff da Presidência não aceitam a ascensão que os pobres tiveram no governo petista, já que sempre viram a classe trabalhadora como um problema.

— É um golpe contra o Brasil para todos, por um Brasil para poucos. A história será implacável e cobrirá de vergonha todos os que cometeram essa grosseira injustiça, como já fez com torturadores e ditadores

do passado — disse.

Lindbergh acrescentou considerar que o Senado é um tribunal de exceção, no qual as provas são irrelevantes, “já que tudo foi montado para condenar uma inocente e salvar culpados de corrupção”. Ele afirmou que nem a Câmara nem o Senado têm moral para condenar Dilma.

— Está claro para todos que um dos motivos desse golpe é querer estancar a sangria da Lava Jato com o sangue de uma inocente. Não aceitam mais que o povo tenha voz e voto porque essas elites nunca tiveram compromisso com a



Lindbergh: “Impeachment é um golpe contra classe trabalhadora e pobres”

Jonas Pereira/Agência Senado

Segundo Perrella, governo errou pela má gestão

A presidente afastada “não auferiu benefício para comprar apartamento ou para enriquecimento pessoal”, disse Zeze Perrella (PTB-MG). O senador, porém, disse que Dilma deve ser responsabilizada pelos crimes atribuídos ao seu governo e, por conta deles, deverá ser afastada definitivamente.

— Nunca vi uma gestão tão desastrosa. Há 30 mil obras país afora inacabadas, dinheiro público jogado no ralo. Quebraram as empresas brasileiras, acabaram com o setor energético. O que está acontecendo no Brasil nos últimos anos é uma esculhambação!



Jonas Pereira/Agência Senado

Wilder Morais acusa Dilma de enganar o povo

“Embora um processo de impeachment não seja desejável e gere um trauma para o país, é a forma que o Senado tem de proteger a população contra um governo irresponsável e descumpridor da lei”, disse Wilder Morais (PP-GO). O senador acusou a presidente de endividar o país e tentar esconder isso da população maquiando as contas públicas.

Quanto ao discurso da defesa da presidente, de que o processo é um golpe, para o senador, é uma tentativa de manipular a opinião pública e de transferir a culpa da incompetência a terceiros.



Jonas Pereira/Agência Senado

Sérgio Petecão espera que Brasil se livre do PT

Sérgio Petecão (PSD-AC) espera que o Brasil se livre do “danoso” modelo do Partido dos Trabalhadores. Para ele, o PT disseminou o método de encobrir “a mentira com a própria mentira”.

— Não tenho medo de ficar na história como golpista. Não sou golpista.

O senador entende que o impeachment é um “remédio amargo” e julgar a presidente constitui um pesado encargo para o Senado, mas considera que o futuro do Brasil não pode esperar. Petecão diz que vota tranquilo depois de ter acompanhado todo o processo.



Jonas Pereira/Agência Senado

Hélio José afirma que processo é “traumático”

Hélio José (PMDB-DF) afirmou que votará a favor do impeachment. Ele disse que tomou a decisão após o presidente interino Michel Temer garantir atenção a aposentados e servidores públicos em suas políticas de governo. No entanto, o senador observou que o processo que pode retirar Dilma do poder é delicado e terá consequências ruins.

— O processo de afastamento de um presidente é sempre traumático. Não é fácil afastar um líder eleito pelo voto popular. Sempre haverá questionamentos e feridas precisarão cicatrizar.



Ano Volpeli/Agência Senado

Para Rose, Dilma não dialogou com os senadores

Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou ontem que o país vive um “momento doloroso” com o processo de impeachment contra uma presidente da República. Para a senadora, um dos maiores erros de Dilma Rousseff foi não saber ouvir nem dialogar com parlamentares e aliados quando estava no poder.

Rose recordou o trabalho que teve na presidência da Comissão Mista de Orçamento em 2015. A senadora disse que trabalhou para ajudar no processo orçamentário, porém o governo Dilma não deu atenção aos alertas sobre a realidade econômica do país.



Jonas Pereira/Agência Senado

História mostrará abusos e corrupção, declara Ana Amélia

A história vai se encarregar de mostrar aos brasileiros as verdades sobre o processo de impeachment, afirmou Ana Amélia (PP-RS), que defendeu o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República.

Segundo ela, a história mostrará, por exemplo, como ocorreram os escândalos do mensalão e do petrolão, a Lava Jato e as prisões de empresários e políticos. Deixará claro como o governo abusou dos gastos e levou o país a uma crise sem precedentes.

— Lula e Dilma não tinham um projeto de país, mas um projeto de poder.



Jonas Pereira/Agência Senado

Simone diz que vai votar pelo “conjunto da obra”

Simone Tebet (PMDB-MS) afirmou que votará pela destituição da presidente afastada por considerá-la culpada não apenas pelos crimes de responsabilidade fiscal que lhe são imputados, mas também por uma série de outras medidas que, apesar de não fazerem parte do processo de impeachment, foram igualmente prejudiciais para o Brasil.

— Este é um processo político, e não um processo penal. Tenho o dever de decidir em nome do interesse do povo brasileiro e do Brasil. Por isso, também levo em consideração o conjunto da obra.



Jonas Pereira/Agência Senado

Moka: em 2013 o governo já usava bancos públicos

Ao dizer que o impeachment é inevitável, Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que já em 2013 se sabia que a economia não ia bem.

— Tudo começou em 2013, quando o governo passou a usar dinheiro dos bancos públicos para pagar despesas. Já naquele ano o governo não tinha mais como bancar as suas contas sem o socorro ilegal do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES. O ápice se deu em agosto de 2014, em plena campanha eleitoral — afirmou.

Para Moka, se há golpe, é o “golpe mais democrático da história”.



Jonas Pereira/Agência Senado

Otto Alencar votará contra o impeachment

Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que votará contra o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff por entender que a defesa foi convincente ao rebater as acusações. Ele pediu aos colegas que se atenham aos autos do processo, onde, em sua opinião, a inocência da presidente ficou demonstrada.

— Respeito a opinião [contrária], mas aprendi que em um julgamento, para ser isento, se observa o que está nos autos. Eu fico com as razões apresentadas pelo advogado da presidente. Ele me convence que não houve crime de responsabilidade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Processo provou que houve crime, diz Pedro Chaves

O processo de impeachment provou de maneira clara que a presidente afastada cometeu crime de responsabilidade, afirmou Pedro Chaves (PSC-MS). Ele registrou que o julgamento é feito de maneira transparente, respeitosa, equilibrada e justa. O senador também elogiou a Comissão Especial do Impeachment e a atuação do presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

— Voto pelo impeachment. Espero que o Brasil encontre o caminho da reconciliação, do fortalecimento do pacto federativo, do crescimento econômico e social e da geração de emprego e renda.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reguffe expõe motivos para votar pelo impedimento

Reguffe (sem partido-DF) expôs os motivos que o levaram a votar pelo impeachment de Dilma Rousseff.

— O governante não tem direito de fazer o que quiser. Na Estado democrático de direito, ele tem que cumprir a legislação vigente. Se um presidente puder descumprir a Constituição, como exigir que um cidadão comum cumpra as demais leis? — indagou.

Segundo ele, houve desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orçamentária e à Constituição. Além disso, acrescentou, um governo não pode jamais gastar mais do que arrecada.



Marcos Oliveira/Agência Senado

PSB alertou Dilma sobre erros, relata Fernando Bezerra

Favorável ao impeachment, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) afirmou que seu partido vinha alertando a presidente Dilma Rousseff para “os equívocos na condução da política econômica” desde que deixou a base governista, em 2013.

— Hoje fica claro que a precha de pessimistas que nos imputaram na eleição presidencial de 2014 era injusta e equivocada. De lá para cá, os alertas do PSB se confirmaram e o país mergulhou numa grave crise econômica e social, com a desaceleração dos investimentos e a ampliação do desemprego.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Minoria vai ao Ministério Público contra dois depoentes da acusação

Senadores contrários ao impeachment pedem que procurador e ex-auditor sejam investigados por falso testemunho e prevaricação

OS SENADORES HUMBERTO Costa (PT-PE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciaram que o Bloco da Minoria vai entrar com representação no Ministério Público Federal e no Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador do Ministério Público da União junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira e o ex-auditor do TCU Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Júnior.

Os dois foram depoentes da acusação na sessão de julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff, na quinta-feira. Carvalho falou como testemunha e Oliveira,

como informante.

Os senadores contrários ao impeachment pedem que os dois sejam investigados por prevaricação, falso testemunho, deslealdade às instituições e violação do dever de imparcialidade e dos deveres funcionais.

Segundo Randolfe, uma das contradições dos depoentes que teria ficado patente foi quando o ex-auditor admitiu ter participado da elaboração da representação do procurador Oliveira contra a presidente afastada. Ao advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, Carvalho teria dito que não participou da representação



Randolfe anuncia em Plenário a representação contra Oliveira e Carvalho

contra Dilma Rousseff.

A iniciativa da representação foi de senadores do PT, do PCdoB, do PDT e da Rede.

O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira

(PSDB-SP), considerou "lamentável" a ação da Minoria.

— Isso é um combate de retaguarda que não tem nenhuma influência sobre o resultado — declarou.

Governo deu razões para impedimento, acredita Cristovam

Segundo Cristovam Buarque (PPS-DF), o governo Dilma deu argumentos para que, agora, tome-se uma decisão pelo impeachment dentro da lei, sem nenhum cerceamento de defesa.

— Votar pela volta do governo Dilma seria correr o risco de jogar o Brasil em uma escalada de desastres de uma economia sem rumo e de uma política sem base de apoio. Seria reentregar a máquina pública ao aparelhamento partidário, ao antipatriótico egoísmo do corporativismo. Sobretudo, seria tolerar o uso de mecanismos fiscais que ferem a Constituição e as leis.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Agripino, impeachment será aprovado

José Agripino (DEM-RN) declarou estar confiante na aprovação do impeachment da presidente afastada. Ele destacou que o processo permitiu a "ampla defesa" da presidente e que o rito é chancelado pelo STF, o que indica a solidez das instituições. O senador elogiou Dilma por ter comparecido à fase final do julgamento. Ele disse que a presidente afastada fez bom discurso, mas que não deu respostas convincentes. Sobre Temer, observou que o presidente interino tem apoio do Congresso e está comprometido com a retomada econômica do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Dalirio: as provas apontam crime de responsabilidade

Dalirio Berber (PSDB-SC) afirmou que as provas apresentadas o convenceram que a presidente afastada cometeu crime de responsabilidade. Para ele, a defesa não conseguiu refutar as acusações. O senador avaliou que os crimes de responsabilidade não são banais, pois afetaram a vida dos brasileiros com a inflação, o aumento dos juros, o crescimento da dívida pública, as quedas do PIB e o crescimento do desemprego. Ele afirmou que Dilma perdeu a capacidade de dialogar com a sociedade, com os agentes econômicos e com a classe política.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Tasso acusa o PT de desrespeitar Constituição e LRF

Não foram ilegalidades circunstanciais, mas o reflexo do modo de ser e agir do PT que levaram ao processo de impeachment, segundo Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O senador disse que o PT votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e se recusou a assinar a Constituição de 1988.

— Esses fatos nos fazem perceber que o desrespeito a esses diplomas não são mero incidente. Está no âmago do PT: os fins justificam os meios quando está em jogo o interesse do partido. Não por acaso, três tesoureiros e outros líderes estão presos ou respondendo a processos gravíssimos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Impeachment não vai tirar país da crise, diz Capiberibe

Segundo João Capiberibe (PSB-AP), o "toma lá, dá cá" que sustentou os presidentes da República desde a redemocratização acabou esfarelado justamente nas mãos de Dilma Rousseff, por causa do "arranca-rabo" entre o PT e o PMDB, que antes "andavam de mãos dadas pela Esplanada dos Ministérios".

Na avaliação do senador, o impeachment não será capaz de tirar o Brasil da crise.

— A saída é convocar um plebiscito, para que o povo decida se quer eleição para escolher um presidente transitório com mandato até 2018. O povo deve mediar a crise.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senado abre grave precedente, avalia Roberto Muniz

Roberto Muniz (PP-BA) disse que estudou profundamente o processo para votar contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Para ele, o Senado está construindo um "grave precedente".

Muniz disse que, em relação às subvenções do Plano Safra, o Ministério Público Federal não identificou ilegalidade, e a perícia realizada pelo próprio Senado entendeu que sequer houve ato de Dilma. Por fim, acrescentou que o Tribunal de Contas da União (TCU) ainda não julgou as contas de 2015.

— Estamos desequilibrando a força dos Poderes, colocando de cócoras o Poder Executivo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lopes afirma que Dilma não tem credibilidade

Eduardo Lopes (PRB-RJ) afirmou que as provas da acusação contra Dilma Rousseff demonstraram que ela violou a Constituição e outras leis ao abrir créditos suplementares sem a anuência do Parlamento e ao praticar as pedaladas fiscais.

Lopes disse que Dilma não teria como continuar no governo, pois não tem a credibilidade necessária para procurar articulação com a sociedade e o Congresso em busca de reconstruir a nação.

— Em um cenário desses, não há país que avance e não há governo que resista. Eu digo sim ao impeachment.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Alcolumbre, presidente afastada violou leis do país

Davi Alcolumbre (DEM-AP) disse que votará a favor do impeachment. Para o senador, não resta dúvida de que Dilma Rousseff abusou do poder político, violou a lei orçamentária, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as prerrogativas do Congresso Nacional e a Constituição federal.

Não bastasse isso, acrescentou, ela errou ao subdimensionar a crise econômica e ao não adotar medidas urgentes para contorná-la.

— Ao longo dos últimos meses, aspectos desses crimes foram discutidos à exaustão. É um processo legítimo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Elmano pede que "labareda" da política se abrande

Elmano Férrer (PTB-PI) anunciou que votará contra o impeachment. Ele acrescentou que a atual "batalha democrática" segue as regras constitucionais e que a decisão do Senado deverá ser respeitada.

— Confio plenamente que este tribunal colegiado é qualificado para fazer o julgamento. Se Dilma Rousseff reassumir a Presidência da República ou se o presidente interino Michel Temer for efetivado no cargo, precisamos que as labaredas da política sejam abrandadas e que as agendas do Executivo e do Legislativo voltem a ser propositivas e realizadoras.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Maranhão: não há dúvida sobre crimes de Dilma

Ao reconhecer que o processo de impeachment é "difícil e doloroso", José Maranhão (PMDB-PB) disse não haver dúvidas do cometimento de crime de responsabilidade pela presidente Dilma Rousseff. O senador ressaltou que houve violação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Lei do Impeachment (Lei 1.079/1950) e do artigo 85 da Constituição.

Maranhão elogiou o trabalho feito pelo relator do processo, Antonio Anastasia (PSDB-MG), e destacou que sempre foi garantida a ampla defesa à presidente afastada.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Romário diz que afastamento é desfecho inevitável

Romário (PSB-RJ) afirmou que o processo de impeachment deixou claro que Dilma Rousseff cometeu crimes de responsabilidade, cujo "inevitável desfecho" é o impeachment.

O senador disse que votará favoravelmente ao afastamento definitivo de Dilma com "serenidade, consciência limpa" e com a certeza de estar cumprindo seu dever.

Romário aproveitou para desejar que, após o fim do processo, o país consiga se unir novamente para avançar. Ele declarou que nunca apoiará qualquer retirada de direitos dos trabalhadores.



Marcos Oliveira/Agência Senado